

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	15
I. A PROVA: CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	21
1. Contextos e finalidade .....	21
2. Terminologia da prova: a polissemia do termo refletida nos elementos e momentos probatórios .....	30
3. A prova no moderno processo civil brasileiro.....	34
4. Natureza jurídica da prova: relevância da discussão no processo arbitral .....	38
II. NORMAS DE ORDEM PÚBLICA, COGENTES, E DE PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	43
1. Distinções.....	43
1.1. Normas de ordem pública .....	44
1.2. Normas cogentes .....	47
1.3. O <i>iura novit curia</i> na arbitragem .....	53
1.4. Normas de proteção aos direitos fundamentais .....	57
2. Princípios probatórios aplicáveis à arbitragem.....	68

2.1. Contraditório e ampla defesa .....	68
2.2. Direito à prova: princípio ou garantia?.....	71
2.3. Proibição de ciência privada do árbitro .....	75
2.4. Ônus da prova: princípio ou regra?.....	80
2.5. <i>Standards</i> probatórios na arbitragem .....	83
2.6. Atipicidade das provas .....	87
2.7. Necessária racionalidade do acerto e a relevância das provas .....	89
2.8. Influência da prova ilícita sobre a racionalidade da decisão	92
<b>III. A INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS .....</b>	<b>93</b>
1. A prova ilícita no processo judicial e na arbitragem .....	93
1.1. Sistema anglo-americano .....	93
1.2. Países de <i>Civil law</i> .....	97
1.2.1. França.....	97
1.2.2. Itália .....	99
1.2.3. Portugal.....	104
1.2.4. Espanha .....	106
1.3. A prova ilícita no ordenamento jurídico brasileiro.....	107
1.4. As provas ilícitas por derivação .....	111
2. Provas ilícitas e ilegítimas: utilidade da distinção.....	113
3. Consequência da admissibilidade da prova ilícita .....	117
4. Disciplina da prova ilícita na <i>soft law</i> .....	118
<b>IV. ÁRBITROS E JUIZ: A COMPARAÇÃO POSSÍVEL NO TO- CANTE À ATIVIDADE PROBATÓRIA .....</b>	<b>125</b>
1. A jurisdição arbitral: fonte de garantias processuais e limites à atuação do árbitro .....	125
2. Independência e imparcialidade do juiz e do árbitro: fundamentos	127

3. Haveria uma equiparação nos poderes instrutórios? .....	131
4. O dever comum de motivação .....	134
V. MEIOS DE PROVA TÍPICOS E ATÍPICOS NA ARBITRAGEM .....	145
1. Meios de prova e sua filiação aos sistemas jurídicos: possibilidade de combinação de regras na prática arbitral .....	145
2. Meios de prova típicos .....	147
2.1. Prova documental analógica, eletrônica e digital .....	147
2.2. Prova em poder de uma das partes ou de terceiro .....	156
2.3. Depoimento pessoal e prova testemunhal .....	157
2.4. Testemunho do advogado da parte .....	162
2.5. Prova pericial .....	164
2.6. <i>Discovery</i> .....	169
2.7. Produção antecipada de provas na arbitragem .....	172
3. Prova emprestada: conceito, fundamento e aplicação .....	176
4. Meios de prova atípicos e inominados. Interceptação telefônica, gravação clandestina e interceptação ambiental e de fluxos telemáticos .....	177
4.1. Interceptação telefônica .....	177
4.2. Gravação clandestina .....	179
4.3. Gravação ambiental .....	183
4.4. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos .....	184
4.5. Divulgação do conteúdo de negociação privada: a regra do <i>without prejudice</i> .....	185
4.6. Interceptação de fluxos telemáticos, privacidade e proteção de dados .....	187
VI. APLICAÇÃO DO CÂNONE DA PROPORCIONALIDADE .....	193
1. O cânone ou regra da proporcionalidade .....	193
2. Balanceamento de valores no campo probatório .....	199

3. Casuística .....	202
3.1. Provas supostamente ilícitas no direito desportivo .....	202
3.2. Arbitragem Internacional e o dilema do Autor .....	206
3.2.1. Caso Canal de Corfu .....	207
3.2.2. Caso Irã-Contras .....	208
VII. RESULTADO PROBATÓRIO NA DECISÃO ARBITRAL.....	211
1. Resultado probatório e a importância do juízo dos fatos.....	211
2. Formas de controle da decisão arbitral.....	215
3. Posições doutrinárias sobre a nulidade e inexistência da sentença arbitral.....	219
4. Ausência de imparcialidade do árbitro, prova ilícita e suas consequências jurídicas: nulidade e anulação da decisão arbitral....	223
VIII. CONCLUSÕES GERAIS.....	227
IX. CONCLUSÃO FINAL: SOBRE O CABIMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DAS DECISÕES ARBITRAIS QUE ADMITEM PROVA ILÍCITA APÓS O DECURSO PRAZO NONAGESIMAL .....	235
1. O enquadramento da decisão fundada em prova ilícita nas hipóteses do art. 32 da LA, ou para além desse dispositivo, seria um rol taxativo? .....	238
2. Segue: análise da proposição de que “toda prova ilícita” aceita pelo árbitro produziria esse efeito de anulação da decisão .....	241
3. Segue: nem toda violação de direitos fundamentais pelos árbitros produziria o efeito de tornar ilícita a prova .....	242
4. Por analogia, o mesmo ocorreria no processo judicial, no âmbito da rescisória, se o juiz aceitasse prova ilícita? .....	244
5. Da não sobrevivência da decisão arbitral fundada em prova ilícita após o decurso do prazo nonagesimal.....	247
REFERÊNCIAS .....	253